

Acordo dá margem à correção do real em 1999

Possível mexida no câmbio está prevista no "Memorando Técnico de Entendimentos" do Brasil com o FMI, entregue ao Congresso

Enio Vieira e Aldo Renato Soares
de Brasília

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e várias instituições internacionais, que envolve empréstimos de US\$ 41,5 bilhões, admite uma desvalorização um pouco mais acentuada do real a partir de maio de 1999, quando ocorrerá a segunda avaliação do desempenho do ajuste fiscal do País. Caso o governo não obtenha progressos no programa de estabilização fiscal, a taxa de câmbio será alterada no segundo semestre.

A informação faz parte da documentação entregue ontem ao presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Trata-se da primeira manifestação do governo sobre uma possível mudança no ritmo de correção cambial. Inicialmente, o governo fixou como patamar mínimo de des-

valorização do real 7,47% no ano que vem — o dólar sairá de R\$ 1,205 em dezembro deste ano para R\$ 1,295 em dezembro de 1999 — índice usado em 1997 e neste ano.

O acordo com o FMI prevê que os técnicos da instituição realizarão seis avaliações em 1999 para acompanhar os resultados do ajuste fiscal.

O programa de ajuste também poderá contar com o apoio financeiro oferecido por 20 países, no âmbito do Banco para Compensações Internacionais (BIS), que deverá colocar à disposição do Brasil US\$ 14,5 bilhões.

As condições financeiras do acordo com o BIS, de acordo com os documentos entregues à presidência do



Altamir Lopes

Congresso, são basicamente as seguintes: os saques, que guardam relação com aqueles efetuados sob a "Supplemental Reserve Facility" do acordo com o FMI, deverão ocorrer em lotes de US\$ 50 milhões e o prazo de maturação é de seis meses, renováveis, podendo ocorrer até seis meses antes da data limite.

"Os montantes desembolsados (pelo BIS) serão remunerados à taxa Libor mais 4,6% ao ano de margem. Se o desembolso for renovado, será acrescido 0,5% ao ano à margem. Independentemente das renovações, quando o montante dos desembolsos exceder a 50% do total disponibilizado, incidirá margem adicional

de 0,5% ao ano e, quando o montante superar 75% do total, incidirá novamente a margem adicional de 0,5% ao ano. Em qualquer dos casos, no entanto, a margem total não poderá exceder a 5,6% ao ano", expõe uma parte do documento de pelo menos 600 páginas.

O documento não estabelece a apresentação de garantias reais no contexto das negociações do BIS, ao contrário do que aconteceu na ajuda externa a outros países. Porém, o governo terá que cumprir metas trimestrais de déficits primário e nominal, que inclui o gasto com juros, nas contas públicas. O saldo negativo nominal atingiu até setembro último R\$ 47,747 bilhões — o que equivale a 7,04% do Produto Interno Bruto (PIB) — e deve crescer mais R\$ 23,132 bilhões até o fim deste ano pela projeção incluída no memorando, alcançando R\$ 72,879 bilhões ou 8,1% do PIB.

Para o primeiro trimestre de 1999, o Brasil comprometeu-se com um déficit nominal de R\$ 17,145 bilhões e, no segundo trimestre, de R\$ 11,420 bilhões. Estes valores já estão fixados. A partir do terceiro trimestre os valores de resultado nominal poderão ser revistos. Entre julho e setembro, o déficit nominal prometido cairia para R\$ 3,562 bilhões, voltando a subir no quarto trimestre para R\$ 10,434 bilhões, totalizando, portanto, R\$ 42,561 bilhões. Ou seja, o governo terá que fazer, em 1999, uma economia de R\$ 30,318 bilhões em relação o rombo nas contas públicas deste ano.

Entre os números acertados com o FMI estão os relativos ao superávit primário, que leva em conta a diferença entre a receita e despesa sem incluir os gastos com juros. Para o primeiro trimestre de 1999, o superávit primário não poderá ser inferior a R\$ 2,982 bilhões. No segundo semestre, o piso será de R\$ 2,925 bilhões, no terceiro trimestre, de R\$ 6,697 bi-

lhões, e, no último trimestre, R\$ 3,740 bilhões. Assim, o ano fecharia com as contas superavitárias em US\$ 16,344 bilhões.

O acordo fixa o piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central em US\$ 20 bilhões para o período que vai até dezembro de 1999, recursos suficientes para bancar cerca de quatro meses de importações. Mas o que vem criando polêmica é a meta de US\$ 2,8 bilhões de superávit comercial para 1999.

Os analistas estão considerando que só existem duas hipóteses para

viabilizar o saldo positivo na balança comercial. "Ou o PIB vai cair muito mais do que se prevê, ou haverá uma maxidesvalorização do real", afirma o economista Odair Abate, do Lloyds Bank. Para atingir este objetivo, a economia teria que se fechar às importações permitindo um saldo comercial favorável sem aumento significativo das exportações. Ou, então, o PIB cresceria — contrariando uma das premissas do acordo com o FMI, de queda de 1% — e as exportações cresceriam com desvalorização do real.

O diretor-executivo do Banco Prosper, André Petersen, não acredita que o governo mudará a política cambial. Para ele, se houver progresso no ajuste fiscal, o governo terá condições de reduzir a taxa de juros gradualmente e adotar uma política cambial mais flexível. Ele

considera difícil mas não impossível obter superávit comercial de US\$ 2,8 bilhões. "Nós estamos prevendo uma queda de 2,5% do PIB em 1999."

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, explicou que o governo não definiu como objetivo os US\$ 2,8 bilhões para o resultado positivo da balança comercial. "Isso é uma projeção". Um dos vários documentos entregues aos senadores observa que o governo manterá a política de redução dos custos internos para tornar mais competitivas as exportações. Mas o País comprometeu-se a não criar barreiras incompatíveis com a Organização Mundial de Comércio (OMC).